

CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS: EXPERIÊNCIAS COM ORALIDADE E NARRATIVAS TRADICIONAIS DO NORTE DO PARANÁ EM TURMAS DO ENSINO BÁSICO

Mario Junior Alves Polo
Prof. Regina Célia Alegro (Orientadora)

RESUMO

Pretendemos apresentar as discussões e experiências desenvolvidas a partir da oficina "Causos e Acontecidos", realizada entre as atividades do projeto de extensão "Contação de Histórias do Norte do Paraná". O projeto promove, em escolas de municípios ligados ao Núcleo Regional de Educação de Londrina, a atuação conjunta entre alunos e professores, na formação de registros da memória local. Esta integração se efetiva na coleta de lembranças de trabalhadores. Para subsidiar professores e alunos, são realizadas oficinas sobre exploração de fontes seguindo uma perspectiva na qual "causos", lendas e mitos, documentos pessoais e álbuns de família se constituem como fontes para a análise histórica e para o ensino de História. Espera-se que os alunos possam identificar narrativas orais como fontes para a construção do conhecimento histórico ou propriamente como parte da História não-escrita, reconhecendo suas especificidades, como a gestualidade, os silêncios, o ritmo. Assim também os sensibilizamos para a coleta de depoimentos orais. As narrativas destacadas contam diferentes versões da história da região norte do Paraná, incluindo-se a mitologia Kainkang, histórias de Orixás e muitas referências sertanejas.

Palavras-chave: História e Ensino; Causos; Norte do Paraná.

Introdução

Tem-se proposto, para o Ensino de História, a análise e interpretação das fontes em sala de aula como parte do processo de ensino-aprendizagem. Confrontar diferentes documentos prepararia o aluno para lidar com os vários discursos que o atingem. Neste intento uma variedade de fontes pode ser explorada na produção do saber histórico escolar.

É nesse sentido que propomos o trabalho com narrativas orais, aliado às discussões sobre memória, identidade e patrimônio imaterial. Especificamente, tratamos aqui da experiência com a oficina de contação de histórias, realizada junto a turmas do ensino fundamental e médio de escolas públicas da região norte do Paraná.

A idéia é que alunos e professores encarem as narrativas orais como documentos explorando o seu potencial independentemente do suporte pelo qual lhes chegam (o qual deve ser levado em conta: uma gravação, uma transcrição, uma narrativa ouvida diretamente, etc., pressupõem dados que compõem o documento). A oficina também prevê estimular, entre os alunos, a valorização da oralidade. E fazer com que reconheçam a riqueza e as especificidades da História transmitida pela oralidade ou, da História não-escrita.

Ao saber que esta forma de transmissão de conhecimentos é tão valiosa quanto aquela escrita, poderão se interessar em registrar ou recontar as histórias que ouvem de narradores talvez até bem próximos de seu cotidiano. Assim, o estudo dessas fontes pode contribuir para o reavivamento de experiências e memórias, para o sentimento de pertença a grupos e comunidades, para “dar voz” a setores da sociedade não lembrados em fontes tradicionais.

Ao longo do texto pretendemos explorar os conceitos que nos guiaram na montagem da oficina de contação de histórias e no trato com as narrativas, inserir esta atividade no contexto do Projeto Contação de Histórias do Norte do Paraná, indicar o conteúdo trabalhado e apresentar resultados obtidos com as experiências já realizadas.

Dentro do Projeto

A oficina de contação de histórias é apenas parte de um trabalho bastante amplo que articula professores, alunos, comunidade, Museu, graduandos e pesquisadores de Ensino de História, que é o Projeto Contação de Histórias do Norte do Paraná – fomentado pela SETI (Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior) através do Programa Universidade Sem Fronteiras, em parceria com o Núcleo Regional de Educação de Londrina-PR e com a UEL, por meio do departamento de História e Museu Histórico de Londrina.

O Projeto dá apoio, em escolas da rede estadual, ao desenvolvimento de um plano de atuação realizado por alunos e professores em vista da formação de um registro da memória local. Esta integração se constrói na coleta de fragmentos de memória e fontes de diversos tipos, priorizando-se a lembrança de trabalhadores das comunidades e envolvidas. O Projeto oferece aos professores um curso e oficinas de extensão nos quais recebem orientações para elaborar o plano de trabalho da escola e desenvolver o tema escolhido.

Com as primeiras reuniões os professores puderam pensar o recorte temático e temporal para seus projetos pessoais, nos quais os alunos atuavam, sendo que o tamanho do grupo envolvido ficava a seu critério. Entre os temas propostos este ano estão: A história dos índios Kaingang nas suas expressões culturais; A toponímia do Parque Ouro Verde em Londrina – nomes africanos; Memórias do bairro de San Rafael,

em Ibiporã; As práticas relacionadas às religiões de matriz africana em Florestópolis nas décadas de 70 e 80; e Clube da Fotografia: O cotidiano e as representações socioculturais a partir das fotografias dos álbuns de famílias de moradores da Região Norte de Londrina, entre outros.

Já a atuação dos estagiários tem por base a experiência que adquirem no Museu, participando de atividades que envolvem os setores técnicos, mas também o setor de Ação Educativa, indo desde a manutenção do acervo, como a higienização de fotografias e catalogação, até a oferta de mini-cursos. E a diversidade da atuação no Museu é intencional: este serve como um laboratório, para que os estagiários sejam mediadores privilegiados entre os professores e o Museu, e para que essa mediação inclua a troca de saberes, de materiais...

Para apoiar professores e envolver os alunos, são realizadas as oficinas nas escolas nas quais se prioriza o trabalho com fontes diversas (levantamento, tratamento e exploração em sala de aula), todas realizadas por estagiários que integram o projeto, graduandos da UEL, dos cursos de História e Comunicação Social. Com as oficinas pretende-se sensibilizar os alunos para o trabalho com essas fontes para a produção do saber histórico escolar. A idéia é sensibilizá-los para a coleta de depoimentos orais, a interpretação de textos visuais, mas também o registro fotográfico, para a produção de mapas e a montagem de um *blog* no qual a escola divulgará seu trabalho.

O que o trabalho com narrativas orais oferece?

O trabalho com a oralidade merece atenção especial no Projeto Contação não só porque caminha junto às oficinas de entrevista e fotografia, mas porque as narrativas orais, possuem um conteúdo que lhes é muito próprio e podem dar contribuições que outras fontes tradicionais ignoram, seja quanto ao conteúdo ou à forma. Resta-nos

saber, assim, de que se trata esta especificidade, que contribuições são estas, e como aproveitá-las.

A oralidade, em poucas palavras, refere-se à transmissão oral dos conhecimentos que pertencem à memória. Os provérbios, as preces, as receitas, tudo é passado e repassado através do tempo, pela oralidade. Em muitas culturas e comunidades, a identidade do grupo, ou mesmo sua História, está sob guarda de contadores de histórias, cantores e outros tipos de arautos, que na prática eram autenticamente os portadores da memória da comunidade. Este é o caso, por exemplo, do papel desempenhado na África Ocidental pelos *griot*, reproduzido ainda hoje em comunidades negras no Brasil.

Na tradição oral, a narrativa inclui o narrador e a audiência. Nesta relação, as mensagens são divulgadas por aqueles que detêm os fatos na memória e os propagavam recorrendo à voz e ao corpo, numa performance que exige do público leitor da cena uma atenta audição e visão. A mensagem é apreendida e gera novos saberes. É dessa forma que a narração transforma a memória em experiência. Este processo tem se perdido nos dias de hoje em que somos invadidos por inúmeras memórias que, entretanto, não fazem sentido:

Vivemos seduzidos pela memória do passado e em um mercado de passados. Desde as lembranças adquiridas em uma viagem, os cartões de museus, até as produções cinematográficas e as novelas “de época”, fazem-nos consumidores de passados. Consumismo gerador de um “culto à memória” que se torna mais espetáculo e entretenimento do que processo de formação histórica capaz de restabelecer elos entre passado e presente e compromissos sociais. (FRANCO, VENERA, 2007, p. 79)

O narrador cria a experiência enquanto a audiência depreende a mensagem e cria imagens mentais e pessoais. Nesta experiência, a audiência se torna “co-criadora”. E é por isso que narradores muitas vezes dialogam com a audiência, ajustando suas palavras em resposta aos ouvintes e ao momento.

A narração oral sobre o passado faz parte de um contexto maior, que é a representação coletiva da memória. Pois, para fazer parte da tradição oral é preciso antes fazer parte das memórias, das lembranças. E a memória de um grupo, a memória coletiva, é fundamental para compor a identidade e a historicidade de alguém. Falamos, assim, das narrativas envolvidas por sentimentos de angústia, medo, nostalgia e esperança que conferem sentido às experiências vividas e por meio dos quais as pessoas elaboram significados sobre si.

Outra característica da tradição oral é que um narrador não memoriza um conjunto de textos, mas aprende uma seqüência de incidentes que formam uma trama, com um início, meio e fim distintos. O narrador visualiza os personagens e cenários e então improvisa o fraseado. Por conseguinte, nunca duas narrativas de uma mesma história oral serão exatamente iguais. É nesse sentido também que Darnton (1986, p. 35) afirma que “(...) na narrativa tradicional de histórias, as continuidades de forma e de estilo tem mais peso que as variações de detalhes, seja entre os índios norte-americanos ou entre camponeses iugoslavos”.

As narrativas orais, enquanto fontes, ultrapassam seu conteúdo falado ou posteriormente transcrito, pois compreendem toda uma performance que deve ser levada em conta, se possível, durante sua análise. Afinal, estas narrativas são contadas combinando-se gestos, expressões, repetições, rimas, entonação, olhares, musicalidade e outros dispositivos mnemônicos.

Além disso, alguns conteúdos não encontrados em documentos tradicionais e oficiais são facilmente identificáveis entre a tradição oral, como, por exemplo, temas que constituam um tabu e memórias de grupos marginalizados. Os discursos orais são capazes de revelar as imagens hegemônicas e as contradições sociais, as práticas do poder local, os mecanismos de valorização e esquecimento.

Tomazi (2000, pp. 2-3) cita Benatti (1996) para referir como é mais interessante o recurso a fontes não-convencionais quando se trata de certos grupos estudados:

Um dos encantos (e dificuldades) de uma história dos marginais é o seu caráter mesmo de "anti-história", a possibilidade que ela oferece de uma navegação outra nos conteúdos da história, no sentido contrário à tradição imposta pela memória hegemônica. Mas uma questão imediatamente se coloca: como escrever uma história dos marginais quando sabemos que são abundantes os registros indiretos, partidos do "centro", mas faltam registros diretos, partidos deles mesmos, sobre sua experiência vivida? Sem dúvida, a falta de fontes ou a forma como foram registradas já é um indicativo da problemática vivida por estes personagens. Isso exige uma leitura nas entrelinhas que ultrapassa a intencionalidade do imediato registro. [...] A história dos marginais é necessariamente uma história fragmentada. Ela faz-se pelos indícios que foram deixados principalmente pelos que detinham o monopólio dos discursos, pelo que falavam sobre os marginais, mas não os deixavam falar. Por isso a necessidade de recorrer aos mais variados tipos de fonte (ou mesmo construí-las, quando isso é possível) para, através da multiplicação dos pontos de observação e do confronto de diferentes tipos de testemunho, escrever uma "outra história" ou dar à história do centro uma nova perspectiva.

E são muitas as populações entre as quais a tradição oral forneceria elementos muito mais ricos do que a documentação escrita e mais típica. No caso do Brasil isso abrange, por exemplo, indígenas, remanescentes de quilombos, caboclos, caipiras, sertanejos, faxinalenses, pantaneiros, jangadeiros, pescadores artesanais, açorianos e muitos outros.

Tomando algumas direções e situando alguns limites

Para a montagem da oficina foi preciso explorar a noção de oralidade e estabelecer, logo de início, que não seriam todos os tipos de narrativas orais que utilizaríamos. A idéia era trabalhar principalmente com os causos, mas também incluir outros tipos de narrativas que dissessem respeito à tradição oral das populações do norte do Paraná, ou que se comunicassem com estas através de algum elemento de permanência, por exemplo. Assim, a oficina partiu de diferentes histórias, contos populares, causos, mitos, literatura oral e do folclore, na tentativa de que diversas vozes e diversos personagens da região fossem representados. Entretanto, para que possamos prosseguir é necessário tomar o cuidado de fazer as devidas classificações.

O caso, do qual falamos até agora, não é uma simples lenda. Ele é, antes, uma narrativa oral curta, muito próxima do conto, podendo ser definido como conto realista. Os causos são "(...) repletos de coincidências, disfarces, golpes teatrais, desfechos improváveis" (SIMONSEN, 1987, p.7). E devem ter suas origens plantadas em experiências e crenças ancestrais. Porém, não se apresentam como uma descrição do cotidiano vivido, não distinguem o sentido literal do metafórico, mas, geralmente, combinam elementos do concreto para projetar o imaginário. O caso deve estar conectado à realidade para que tenha efeito sobre a audiência, pois é a possibilidade de sua concretude que o torna interessante. Ao contrário das lendas, com uma narrativa

mais fixa, o causo é, essencialmente, a atualização da experiência humana no tempo e no espaço.

Muito distante dos causos e das lendas está o mito. Em uma apresentação na UEL, o professor Kaingang, Luiz Yagjo Gino, foi indagado sobre a diferença entre mito e lenda. Para ele a lenda seria uma história corriqueira, provavelmente inventada e com uma boa carga de humor, e cuja narração geralmente começa com o termo "Diz que...". Já o mito seria verdade, uma história séria, que conta o começo do mundo, uma das bases da cultura Kaingang.

Com a distinção feita por Gino, temos a clara noção de que o mito está calcado no sagrado, na ancestralidade e na identidade de uma população. O mito é uma verdade metafórica, é o que foi mesmo, e está ligado a grandes eventos. E para alguns grupos o mito é sua própria História, ou pelo menos parte dela, sem a distinção entre mito e história).

Estas características precisam ser levadas em conta na contação de histórias. Tomamos todo o cuidado para que as diferenças ficassem claras, lembrando que o mito deve ser pensado dentro de uma mitologia, num contexto simbólico no qual, e somente então, poderá fazer sentido e ter eficácia. Além disso, tomamos o cuidado para que nem o mito, os causos ou as lendas fossem compreendidos como simples histórias ficcionais, o que invalidaria o trabalho.

A oficina não agrega histórias como os contos de fada, histórias fantásticas e outras histórias que se pretendem distantes e desconectadas da realidade, histórias que intencionalmente operam a fuga do mundo. Este tipo de história tem enorme valor, e podem ser tão bem aproveitadas como as narrativas orais que estamos explorando, porém não fazem parte do objetivo da oficina de levantar diferentes vozes e componentes sobre a formação e caracterização do norte do Paraná.

Não pretendemos nos aprofundar aqui nas proposições de análise dessas fontes orais. Isso demandaria um espaço maior. São muitas as abordagens possíveis e muita informação pode ser encontrada em um mito, por exemplo. Mas para que pudéssemos analisar e esmiuçar as histórias com que trabalhamos, algumas direções gerais foram tomadas, bem como alguns cuidados metodológicos. Robert Darnton, em "O grande massacre de gatos", fornece bons caminhos nesse sentido:

[...] parece desaconselhável elaborar uma interpretação com base numa única versão de um único conto, e mais arriscado ainda basear análises em detalhes [...]. É possível estudá-lo [o conto] ao nível da estrutura, observando a maneira como a narrativa é organizada e como os temas se combinam, em vez de nos concentrarmos em pequenos detalhes. Assim é possível comparar o conto com outras histórias. E, finalmente, trabalhando com todo o conjunto dos contos populares [...], poderemos distinguir características gerais, temas centrais e elementos difusos de estilo e tom. (DARNTON, 1986, p. 33)

Relacionando este esforço de interpretação ao ofício do antropólogo, Darnton ainda infere:

[...] quando saem em campo [os antropólogos], usam, para a compreensão das tradições orais, técnicas que podem, com discernimento, ser aplicadas ao folclore ocidental. Com exceção de alguns estruturalistas, eles relacionam os contos com a arte de narrar histórias e com o contexto no qual isso ocorre. Examinam a maneira como o narrador adapta o tema herdado a sua audiência, de modo que a especificidade do tempo e do lugar apareça, através da universalidade do motivo. Não esperam encontrar comentários sociais diretos, ou alegorias metafísicas, porém mais um tom de discurso – ou um estilo cultural – capaz de

comunicar um ethos e uma visão de mundo particulares. (DARNTON, 1986, p. 28)

Talvez a maior contribuição destas fontes transcenda os elementos do conteúdo da narrativa, e se encontre, pelo contrário, na forma e no contexto. Reforçamos o olhar, assim, sobre a sua enunciação, a sua existência dentro de uma cultura ou de uma mitologia e os elementos que a tornariam fundamentalmente humana.

Darnton também enfatiza a rigorosa documentação que deve ser feita, o que significa levar em conta, entre outras coisas, a ocasião em que foi feita a narrativa, os antecedentes do narrador e o grau de contaminação pelas fontes escritas. E a oficina propõe que os alunos façam este tipo de registro, o que é bastante viável e profícuo. E que eles levem estas possibilidades para o momento de coleta e produção de fontes orais, como na hora de entrevistar algum personagem da cidade que interesse ao projeto da escola.

Os "acontecidos"

As narrativas utilizadas contam diferentes versões da história da região norte do Paraná, e incluem os mais diversos personagens. Também a forma de se contar estas histórias é bem diversa, indo desde a animação de objetos, até o causo tradicional e a musicalidade, para que se atente à variedade de práticas de contação.

Entre os recursos que ajudam a compor a atividade estão instrumentos musicais (sino, berimbau, xequerê, violão, chocalho, e outros improvisados), tecidos e pequenos objetos a serem animados, chapéu, baralho, duas fotografias em porta-retratos e reproduções de cartazes da Companhia de Terras Norte do Paraná.

Quanto à seleção das narrativas que compuseram a oficina, algumas foram ouvidas em experiências familiares próprias, outras foram coletadas a partir de experiências anteriores do próprio Projeto Contação, outras surgiram de conversas com algumas pessoas em especial e outras ainda puderam ser encontradas através das leituras realizadas.

A oficina começa com algumas indagações que podem ser feitas aos alunos: se eles ouvem muitas histórias, se seus avós contam causos, se eles dão atenção a essas narrações, enfim, qual sua relação com as histórias que emergem cotidianamente, qual sua relação com narradores típicos e com a tradição oral como um todo.

Outra provocação que pode ser feita neste primeiro momento seria perguntar o que é mais importante: aquilo que é escrito ou aquilo que é falado. Nesse ponto argumentamos sobre a importância da memória não-escrita, da memória ritualizada, e apresentamos informações sobre sociedades e grupos cuja História é construída na oralidade. Também se pergunta sobre que mitos eles conhecem.

As primeiras histórias contadas se referem a mitos da cosmogonia Kaingang. A idéia é partir dos primeiros ocupantes da região, e entre Guaranis, Kaingangs e Xetás, os Kaingang tem predominância quanto ao norte do estado. Além disso, tivemos a oportunidade de conhecer alguns Kaingang e ouvir pessoalmente algumas histórias. Conta o mito de criação da vida, para alguns aldeamentos, que isto se deu através dos irmãos Kamé e Kainru, que dividem as coisas que povoam o mundo.

Como esses dois irmãos com a sua gente foram os criadores das plantas e dos animais, e povoaram a Terra com seus descendentes, tudo neste mundo pertence ou à metade Kanyerú ou à metade Kamé, conhecendo-se a sua descendência já pelos traços físicos, já

pelo temperamento, já pela pintura: tudo o que pertence a Kanyerú é manchado, o que pertence a Kamé é riscado. Essas pinturas, o índio vê tanto na pele dos animais como nas cascas, nas folhas ou nas flores das plantas, e para objetivos mágicos e religiosos cada metade emprega material tirado de preferência de animais e vegetais da mesma pintura. (NIMUENDAJU, 1986 *apud* TOMAZI, 2000, p. 85)

Também neste momento se faz referência às guerras Kaingang, ou seja, às batalhas constantes entre esta etnia e militares, capangas da Companhia de Terras e de fazendeiros, guardas, policiais e representantes da sociedade civil com os quais travaram conflito direto desde o início da “(re)ocupação” da região, termo defendido por TOMAZI (2000, p. 8).

Aí também citamos os termos Wãnxxy e Ury, utilizados pelos Kaingang para definir, respectivamente, o tempo de fartura, em que o trabalho trazia a alimentação e a saúde, e o tempo atual, de luta e resistência, bem como de incerteza. A partir destes elementos, pensamos a recorrência desta imagem em outras populações, como muitos nordestinos, que se referem a passado como um tempo de gratificação, e ao tempo atual como um tempo de luta incessante. Ou também podemos identificar esta imagem na fala de membros mais velhos da comunidade, que tendem a romantizar o passado e a estigmatizar o presente.

Desta referência Kaingang passamos a este elemento muito comum às narrativas orais, que é a comparação entre o tempo presente e o tempo que já se foi, uma comparação valorativa, e na qual são evidentes os processos de cristalização de memórias, os esquecimentos, e a seleção romantizada de lembranças específicas.

Um segundo conjunto de histórias envolve a figura do posseiro. Aqui apresentamos este personagem, que foi intencionalmente eliminado da história oficial do Paraná. O posseiro é aquele que habita e utiliza um trecho de terra, sem ter a posse, o documento que o habilite para tal. Isso faz com que, entre os posseiros, haja desde ex-escravos vindos de Curitiba ou do interior do atual estado de São Paulo, morando em ranchos de palmito, até fazendeiros que estendem suas terras para além de suas posses.

Tentamos tornar possível ao aluno imaginar as condições de vida do posseiro. Alguns, chamados de safristas, criavam varas de porcos soltos no mato e alimentados pelo milho que era plantado em clareiras, os quais depois eram transportados para o abate assim como os rebanhos bovinos, atravessando riachos, sendo guiados pelos criadores em seus cavalos.

Depois de tornar mais familiar a figura do posseiro, contamos causos que fazem parte da tradição oral sertaneja, especialmente alguns contados por pessoas que tiveram pelo menos a infância em zona rural, assim como grande parte dos pais dos alunos, e até um bom número deles próprios. São causos que compõem a literatura oral de muitos dos norte-paranaenses, e que podem ser facilmente relacionados ao posseiro e ao habitante independente desta região, aos pioneiros ligados às atividades rurais e aos tropeiros e caboclos.

Contamos especialmente o caso dos galopes ouvidos e sentidos sem que se veja nenhum cavalo ou peão por perto, lembrando histórias de mortes violentas. E também o caso da estrada em que, em certa altura, os cavalos empinam e não passam, e onde os cachorros latem sem parar ao se aproximarem, o que seria devido a um homem enforcado em uma árvore daquele lugar ou a um morto enterrado “de travessado” na estrada, fato que os animais sentiriam.

Estes dois casos parecem ser bem difundidos, e a idéia, depois de contá-los uma primeira vez, é explorar suas variantes, e ouvir dos alunos a versão que foi contada para eles. Em uma turma de Miraselva, dois alunos apontaram exatamente em qual estrada e em qual altura estaria a alma deste morto, pois o pai deles teria passado por lá.

Um terceiro momento da oficina envolve a referência direta à presença negra na região, relacionando-a inclusive à presença nordestina, especialmente em Londrina e em cidades como Florestópolis. Esta referência é feita através de um caso muito comum, e que ganha contornos especiais no Paraná, aquele que conta a história da Mãe do Ouro, ou Mãe d'Ouro (ou ainda Mãe d'Água e Mãe do Fogo, dependendo da variante).

Diferente das versões mais presentes ao norte e mesmo no nordeste do país, onde a figura predominante é a Iara, ou Mãe d'água, (que é uma mistura de elementos mitológicos europeus e indígenas, principalmente, e que, como acreditamos, também africanos), aqui na região em questão esta personagem se apresentaria como uma bola de fogo ou uma bola de luz, que indicaria onde existe ouro, seja em um rio ou em terra mesmo. Não há referências constantes à intenção de atrair os homens para a morte, como no caso da Iara e da sereia de água doce. Neste caso as pessoas são atraídas pelo brilho, pelo ouro, e não pela beleza feminina.

Enfim, a partir da análise deste caso, conduzida junto com a turma, propomos, como uma interpretação possível, que a forte referência ao ouro seja uma imagem facilmente elaborada nesta região do país que já foi chamada de Eldorado, em referência à facilidade de se enriquecer por aqui. Em uma região marcada pelo espírito desbravador, pioneiro,

ambicioso, e pela gana de se enriquecer rapidamente, a presença do ouro neste caso seria mais facilmente explicada.

Ainda, para se aprofundar nas possibilidades que este caso oferece, passamos a explorar melhor esta figura feminina, ligada à água doce e ao ouro. Apresentamos, neste momento, um mito (um Itan) de Oxum, divindade originária da atual Nigéria, e que hoje compõe o panteão do Candomblé e da Umbanda. O mito é contado com o uso de objetos, na intenção, como já foi dito, de contarmos histórias partindo de diferentes estímulos. Neste mito, Oxum é responsável por convencer Olorun (Deus) a devolver a água doce ao Aiyê (à Terra), salvando a existência humana e se tornando a mãe das águas doces. Assim, Oxum, que é a Orixá da sensualidade, da beleza, e do ouro, se liga também à fertilidade, pois sem água doce não existe vida.

Propomos, assim, um caminho possível para o aluno, para que ele se aprofunde e tente saber mais sobre as histórias que ouve, por mais que seja um caso curto. E muitas vezes é por desconhecer algumas referências que eram comuns a certos grupos ou por contemplar superficialmente um caso, por exemplo, que acabamos não compreendendo o seu humor ou sua tensão. “Quando não conseguimos entender um provérbio, uma piada, um ritual ou um poema, temos a certeza de que encontramos algo. Analisando o documento onde ele é mais opaco, talvez se consiga descobrir um sistema de significados estranho. O fio pode até conduzir a uma pitoresca e maravilhosa visão de mundo.” (DARNTON, 1986, p. XV).

Na seqüência, falando sobre a (re)ocupação do norte do Paraná e seus diferentes personagens, lembramos daqueles que vieram para trabalhar na agricultura, em função da terra roxa, que tanta lama formava. Produzindo-se a imagem de um paulistano chegando a Londrina pela estação de trem, é cantada a música “Cochilou o cachimbo cai”, de

Tião Carreiro e Pardinho, que alude ao esforço pessoal e ao “trabalho pesado”.

Ainda sobre o tema das plantações e dos lotes rurais vendidos pela companhia de terras, conta-se um caso que muitos conhecem, ligado aos cafezais em época de florada. É o caso da “luzinha na plantação”, uma pequena luz clara que ronda a plantação de café, a qual seria, em algumas versões, uma noiva que se suicidou no dia do casamento, e em outras versões uma virgem violentada e morta na plantação. Essa imagem da jovem e sua ligação com a virgindade e o noivado se firma no fato de que o cafezal fica coberto pela cor branca quando os pés de café estão em flor, e o véu da noiva, branco – símbolo da pureza e virgindade –, cobriria o cafezal nesta época. As regiões e plantações onde a luz já foi vista variam de contador para contador. Os alunos são indagados se já ouviram esta história ou alguma parecida, e se saberiam qual plantação é esta.

A atividade é encerrada pedindo-se aos alunos que contem mais casos, ocupando o lugar do contador e reforçando a idéia de que crianças também podem contar histórias antigas.

O tom de oficina é consequência do efeito prático que esta atividade toma no contexto do projeto. A oficina de contação de histórias é pensada como um meio de instrumentalizar os alunos para o trato com a oralidade. E essa instrumentalização começa na conversa. Isto é feito durante a oficina, partindo-se da resposta dada pelos alunos.

Considerações finais

Esperava-se que, ao final da oficina, os alunos pudessem reconhecer o valor da tradição oral, bem como a expressividade e riqueza da mitologia nacional. E assim sendo, que isto os levasse a estimar a fala

dos mais velhos e as referências à ancestralidade e à sua descendência. Tentou-se, também, como um objetivo subsequente, que pudessem identificar as narrativas orais como fontes para a construção do conhecimento histórico, ou seja, como documentos de análise tão ricos e interessantes quanto fotografias ou histórias em quadrinhos.

Acreditamos que a oficina, durante seu desenvolvimento com as turmas, tenha permitido que os alunos constatassem as especificidades que envolvem a narrativa oral, a multiplicidade de formas que a oralidade assume, e os diferentes modos de se enunciar uma história, em diferentes situações.

Por conhecer os alunos e saber do tema escolhido pelo professor para ser trabalhado dentro do Projeto Contação, podemos direcionar o conteúdo da oficina para a área de maior interesse e que mais fosse útil para a turma em suas futuras pesquisas, bem como na coleta e produção de materiais. Assim, contribuímos naturalmente com a oficina de entrevistas, sendo que estes alunos comumente abrem mão de muitas noções debatidas em nossa oficina na hora de realizarem a coleta de depoimentos orais.

A reação dos alunos a nossa atividade é, de início, um tanto apática. A idéia de contação de histórias soa, principalmente às turmas mais velhas (da 6ª série adiante), como uma atividade infantil demais, ou relacionada às histórias contadas por seus pais, avós e outros contadores ocasionais, o que consideram enfadonho e sem importância. E, pelo contrário, quando se demonstram empolgados quanto à oficina, é porque a imaginam como um espetáculo ou alguma apresentação teatralizada, uma atividade de entretenimento alternativa às aulas regulares.

Sendo assim, a oficina não parece nunca corresponder às expectativas dos alunos e mesmo dos professores. Mas ao longo de sua

realização, vai se clarificando quais as intenções da atividade, e como isto pode ser fértil. E compreender melhor a oficina já significa concretizar seu objetivo básico, que é justamente promover esse novo olhar sobre as narrativas orais e sobre as possibilidades que elas oferecem.

Referências Bibliográficas

DARNTON, Robert. "Histórias que os camponeses contam: o significado de Mamãe Ganso". In: _____. **O grande massacre de gatos**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

FRANCO, Aléxia P.; VENERA, Raquel A. Sena. A memória e o Ensino de História hoje: um desafio nos deslizamentos de sentidos. In: ZAMBONI, Ernesta (org.). **Digressões sobre o Ensino de História**: Memória, História Oral e Razão Histórica. Itajaí: Maria do Cais, 2007.

SIMONSEN, Michele. **O Conto Popular**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

TOMAZI, Nelson D. **Norte do Paraná: histórias e fantasmagorias**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2000.